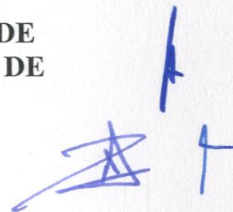


**CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DA RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE
ÁGUAS RESIDUAIS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS**

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page.

ANEXO 29

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

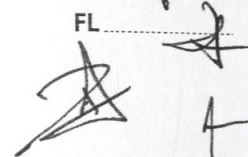
[Handwritten signature]

4

===== ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2012: Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano dois mil e doze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu extraordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr.ª Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, **Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques**, **Eng.º Joaquim Jorge Ferreira**, **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**, **Dr.ª Ana Maria de Jesus Silva e Hélder Martinho Valente Simões**. =====

deliberado por unanimidade.

===== **APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DA RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/104813/2012):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando: - A aprovação em reunião de Câmara Municipal de 2 de agosto de 2011, e sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 29 de agosto de 2011, das peças de procedimento - Programa de Concurso e Caderno de Encargos, e decisão de contratar (I/73062/2012); - A adjudicação da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais de Oliveira de Azeméis, à proposta apresentada pela concorrente INDAQUA - INDÚSTRIA E GESTÃO DE ÁGUAS, S.A., pela Câmara Municipal em reunião de 30 de agosto de 2012, (I/70354/2012), proponho: - A aprovação da minuta do Contrato do Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e



Rejeição de Águas Residuais de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, de acordo com o estabelecido no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro e posteriores alterações) e art.º 40 do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (e alteração); devendo antes da celebração do contrato ser ouvida a Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), nos termos do n.º 3 do art.º 40º e n.º 6 do art.º 11 do citado Decreto-Lei n.º 194/2009.” No uso da palavra o Senhor Presidente disse que esta era mais uma das fases do processo. Esta minuta tem ainda de ser objeto de análise da ERSAR e só depois da pronúncia desta entidade é que irão aprovar definitivamente o contrato. Frisou que neste momento estão a analisar e a discutir a minuta e só depois do parecer da ERSAR é que terão que discutir profundamente esta matéria. Seguidamente usou da palavra a Vereadora Dra. Ana de Jesus para dizer que quando discutiram este assunto na Assembleia Municipal, ou seja, a decisão de concessionar e aprovar o caderno de encargos, houve vários pontos de vista mas todos queriam que todas as freguesias fossem contempladas e que no prazo de seis anos todas atingissem as metas do PEASAR II. Continuando a sua intervenção disse que quando veio a proposta de adjudicação à reunião chamaram a atenção de que a proposta da Indaqua não salvaguardava estas condições, tendo sido dito na altura que iam ser salvaguardadas estas condições no contrato, no entanto este contrato não garante nada, em termos de contrato diz “se for possível” o que não obriga em nada a concessionária. A Vereadora Dra. Ana de Jesus apresentou a seguinte proposta de alteração à minuta do contrato: “Considerando que: - A minuta do Contrato de Concessão, ao contrário do que foi garantido por parte do Presidente da Câmara Municipal, não garante, de forma inequívoca, que o futuro concessionário tenha que alcançar as metas do PEASAR II no que concerne à rede de abastecimento de saneamento básico; - Que tal garantia é imprescindível para que todo o território do concelho seja objeto do mesmo tratamento no final do prazo previsto para o investimento (6 anos) do concessionário, propomos a seguinte alteração: Nova redação da alínea b) do n.º 1 da Cláusula 2ª: A realização de todas as obras necessárias à execução de uma cobertura de rede de abastecimento de água e rede de drenagem e tratamento de águas residuais, com vista a atingir, no final do 6º ano da concessão, respetivamente, pelo menos 95% e 90%, correspondendo às metas estabelecidas pelo PEASAR II.” O Senhor Presidente disse que esta é uma minuta que vai ser remetida à ERSAR para pronúncia e até lá aceitam todas as propostas. Relativamente ao QREN o Senhor Presidente esclareceu que ainda não há nenhuma decisão da parte do Governo sobre quem terá acesso às verbas dos fundos comunitários. No uso da palavra o Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse que é neste momento que têm a obrigação de discutir e decidir sobre este contrato. Disse que a falta de investimento na criação das redes públicas de água e saneamento conduziu o concelho de Oliveira de Azeméis ao leque dos municípios do País que apresentam no século XXI as piores taxas de cobertura destas infraestruturas básicas. Os culpados por esta situação que de excelência não tem nada, têm um nome “executivos PSD”. A irresponsabilidade desses

sucessivos executivos PSD, teve graves consequências para o nosso património ambiental e para a economia local. Continuando a sua intervenção disse que em plena campanha eleitoral autárquica foi anunciada a promessa do regime “uma taxa de cobertura a 100% para as redes de água e saneamento num mandato”. Começando com uma inverdade facilmente se percebia que este processo ia acabar no rol das más decisões tomadas por executivos PSD que têm prejudicado ao longo dos anos, gravemente o município de Oliveira de Azeméis. Referiu que foi adotado o modelo de concessão a privado, utilizado apenas em 10% das câmaras do País, não em resultado de uma análise séria e exaustiva aos vários modelos e soluções disponíveis que melhor defendessem os interesses dos consumidores, mas porque este era o único que não influenciava o endividamento líquido municipal e não prejudicava o Plano de Saneamento Financeiro. É o próprio Estudo de Viabilidade da autoria da Autarquia que refere que foi feita uma “breve” análise aos diferentes modelos. A argumentação utilizada para a adoção deste modelo prendia-se com a necessidade de fortes investimentos para a concretização das redes que a câmara não podia realizar e pela necessidade de transferir para o privado essa responsabilidade e o risco associado. A discussão dum ponto desta importância para o mês de Agosto não augurava nada de bom para o futuro e os seus receios confirmaram-se. Referiu também que os 50 a 75 milhões de euros anunciados pelo Sr. Presidente de Câmara no balanço do primeiro ano de mandato necessários para a cobertura integral do concelho rapidamente são reduzidos a metade pelos responsáveis da empresa Vector Estratégico, empresa que elaborou o “Programa do Concurso” e o “Caderno de Encargos” prevendo um investimento de 30 milhões de euros (12 para a rede de alta e 18 para a rede de baixa), não conseguindo estes técnicos dizer com rigor que taxas de cobertura é que teríamos com este investimento. Um programa de concurso que não leva as redes a todas as freguesias do Concelho criando Oliveirenses de primeira e Oliveirenses de segunda no nosso Concelho. Começaram então a perceber o significado de “Novos Horizontes”. Afinal temos um NOVO prazo (até 2018) e a prometida taxa de cobertura de 100% só será exequível num HORIZONTE muito distante. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse que o Sr. Presidente de Câmara mantém o registo despreocupado de quem não percebe a gravidade do que está em causa assegurando de forma perentória algo que não fazia qualquer sentido “o contrato de concessão incluiria as obrigações à concessionária que o caderno de Encargos não havia exigido”. Isto quer dizer que afinal em 2018 vão ter as taxas de cobertura que têm hoje com a agravante de terem feito um negócio ruinoso para Oliveira de Azeméis com consequências dramáticas para o futuro dos Oliveirenses. Entregaram a privados uma das principais fontes de receitas da autarquia, não melhoraram as taxas de cobertura atuais e vão encher os bolsos à concessionária à custa do agravamento substancial dos tarifários. Duas perguntas simples para as quais quer ouvir respostas: Que investimento fica a concessionária obrigada a fazer no seu Plano de Investimentos, após a assinatura deste contrato? Que taxas de cobertura vão ter no final desse plano de investimentos da concessionária? Seguidamente o Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse que este negócio nos termos atuais ficará na história de Oliveira de Azeméis como uma das mais lesivas decisões do

interesse público tomadas por um executivo camarário no nosso concelho e garantem que algumas delas foram realmente muito graves. Não querem contudo ficar com o ónus de não terem dado a oportunidade ao executivo de evitar esse registo histórico negativo pelo que propõem uma alteração à minuta do contrato que impedirá este erro. O Senhor Presidente disse que foi uma vastíssima equipa da Câmara Municipal que reuniu com a Indaqua para chegarem a esta minuta. O Senhor Presidente referiu que está ali para acatar com as responsabilidades e que tem total confiança nos técnicos que elaboraram esta proposta. O Senhor Presidente colocou à votação a proposta apresentada pelos Vereadores do PS, a qual foi rejeitada por maioria, com quatro votos a favor dos Vereadores do PS, três votos contra dos Vereadores do PSD e o voto contra do Senhor Presidente, tendo este último usado do voto de qualidade. Seguidamente o Senhor Presidente colocou à votação a proposta inicial, a qual foi aprovada por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, três votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto da favor do Senhor Presidente, tendo este último usado do voto de qualidade. Os Vereadores do Partido Socialista, apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os vereadores do Partido Socialista, Joaquim Jorge Ferreira, Ana de Jesus, Hélder Simões, Manuel Alberto Pereira votaram contra a Aprovação da minuta do contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais de Oliveira de Azeméis, pelos seguintes motivos: a) Por sua exclusiva responsabilidade, ao longo dos sucessivos mandatos os executivos PSD foram adiando o necessário investimento na criação das redes públicas de água e saneamento, remetendo o Concelho de Oliveira de Azeméis para a lista de municípios portugueses que apresentam no séc. XXI as piores taxas de cobertura destas infraestruturas básicas; b) Em plena campanha autárquica 2009, o PSD assumiu o compromisso eleitoral mentiroso de expandir num mandato estas redes de modo a atingir taxas de cobertura a 100%, o que agora procura fazer esquecer e, ainda por cima, com uma concessão que é contrária aos interesses do povo Oliveirense, pois entrega a privados uma das principais fontes de receitas da autarquia, sem melhorar as taxas de cobertura atuais e com o agravamento substancial dos tarifários; c) O presente modelo de concessão é utilizado apenas por 10% das câmaras do País e não resultou de uma análise séria e exaustiva aos vários modelos e soluções disponíveis e que melhor pudessem defender os interesses dos consumidores, mas sim porque seria o único modelo que não influenciava o endividamento líquido municipal e não prejudicava o Plano de Saneamento Financeiro, o fruto de uma gestão irresponsável dos vários executivos do PSD que agora nos condiciona o futuro; d) A argumentação utilizada para defender a adoção deste modelo, a qual se prendia com a necessidade de se realizarem fortes investimentos para se poder vir a concretizar a ampliação de ambas as redes a 100%, assentava na premissa de que a autarquia não tinha capacidade e autonomia financeira para avançar para tais investimentos, superiores a 70 milhões de euros, pelo que haveria a necessidade de transferir para o investidor privado essa responsabilidade e riscos associados, caiu por terra dado que esta concessão transfere as redes para o investidor, mas não o obriga a aumentar a atual taxa de cobertura; e) Por outro lado, o presente contrato

de concessão também não obriga a que a concessionária estenda as redes a todas as freguesias do Concelho, pelo que além de prever grandes aumentos de custos para a população, este negócio irá dividir os Oliveirenses em munícipes de primeira e munícipes de segunda; f) A maioria PSD votou contra a proposta que apresentámos no sentido de alterar a minuta do contrato para que aí constasse que a concessionária ficaria obrigada a cumprir as metas do PEASAR II para as redes de água e saneamento, respetivamente 95% e 90%. Pelos motivos acima expostos, não aceitaremos ficar vinculados a um negócio que irá permitir que se entregue aos privados a principal fonte de receitas da autarquia, agravando substancialmente os tarifários e sem melhorar as atuais taxas de cobertura, concedendo ao privado todas as receitas e direitos sobre bens e serviços essenciais, mas liberto das obrigações de cumprir o que é fundamental, isto é, proporcionar a todos os oliveirenses a qualidade de vida que merece qualquer população de um concelho português do séc. XXI." =====

===== Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 92º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12h 15m da qual para constar se lavrou a presente ata que eu, _____, na qualidade de secretária a redigi. =====

Si. Presidente

D. Jacinto Graça de Rosário

D. João L. de Figueiredo

D. Pedro Paulo

Eng.º José José

D.ª Alberto

D.ª Inês

S.ª Valéria